

## A Seletividade espacial na cidade do Natal: Uma “Cidade Para Pessoas?”

*Spatial selectivity in the city of Natal: A “City for People?”*

*Selectividad espacial en la ciudad de Natal: ¿Una “Ciudad para las Personas?”*

MELLO, Andressa Torres Correia de Mello

Mestre em Estudos Urbanos, UFRN, [andressa.torres.mello@gmail.com](mailto:andressa.torres.mello@gmail.com)

### RESUMO

Este artigo é recorte da dissertação de mestrado<sup>i</sup> que pautada para a análise dos espaços da cidade, aprofunda a discussão sobre uma cidade orientada no discurso de uma “Cidade Para Pessoas” baseada no livro de Jan Gehl e desvirtuada pelos gestores municipais de muitas cidades do país, inclusive na capital potiguar. O propósito deste trabalho é fomentar as discussões acerca de um discurso que se pauta para as pessoas, mas que proporcionam e engajam o desenvolvimento de uma cidade seletiva, por meio de práticas espaciais, sendo a seletividade espacial estudada neste artigo. Nesta pesquisa, empregou-se o método dialético contemplando a tridimensionalidade dos espaços: concebido, vivido e percebido permitindo a compreensão da análise dos processos espaciais nestes diferentes níveis. Os espaços analisados neste trabalho foram selecionados considerando uma ativa participação de governança público-privada, e espaços recém revitalizados. Assim, ao final deste artigo, foi possível observar que projetos baseados na metodologia de Jan Gehl, são positivos, porém, desvirtuados sobre o discurso político quando transpõem os espaços para a atuação da prática espacial, promovendo a seletividade espacial.

**PALAVRAS-CHAVES** Cidade seletiva; Cidade para pessoas; Planos diretores; Direito à cidade; Jan Gehl.

### ABSTRACT

*This article is part of the master's thesis that, based on the analysis of the city's spaces, deepens the discussion about a city guided by the discourse of a "City for People" based on the book Jan Gehl and distorted by municipal managers of many cities in the country, including in the Potiguar capital. The purpose of this work is to encourage discussions about a discourse that is guided by people, but that provides and engages the development of a selective city, through spatial practices, with spatial selectivity being studied in this article. In this research, the dialectical method was used, contemplating the three-dimensionality of the spaces: conceived, lived and perceived, allowing the understanding of the analysis of the spatial processes in these different levels. The spaces analyzed in this work were selected considering an active participation of public-private governance, and newly revitalized spaces. Thus, at the end of this article, it was possible to observe that projects based on Jan Gehl's methodology are positive, however, distorted on the political discourse when they transpose spaces for the performance of spatial practice, promoting spatial selectivity.*

**KEYWORDS:** Selective city; City for people; master plans; Right to the city; Jan Gehl.

### RESUMEN

*Este artículo forma parte de la tesis de maestría que, a partir del análisis de los espacios de la ciudad, profundiza la discusión sobre una ciudad guiada por el discurso de una “Ciudad para las Personas” a partir del libro de Jan Gehl y tergiversado por los gestores municipales de muchas ciudades. en el país, , incluso en la capital de Potiguar. El propósito de este trabajo es fomentar discusiones sobre un discurso guiado por personas, pero que proporciona y compromete el desarrollo de una ciudad selectiva, a través de prácticas espaciales, siendo la selectividad espacial objeto de estudio en este artículo. En esta investigación se utilizó el método dialéctico, contemplando la*



*tridimensionalidad de los espacios: concebidos, vividos y percibidos, permitiendo la comprensión del análisis de los procesos espaciales en estos diferentes niveles. Los espacios analizados en este trabajo fueron seleccionados considerando una participación activa de la gobernanza público-privada, y espacios recién revitalizados. Así, al final de este artículo, fue posible observar que los proyectos basados en la metodología de Jan Gehl son positivos, sin embargo, distorsionados en el discurso político cuando transponen espacios para la realización de la práctica espacial, promoviendo la selectividad espacial.*

*PALABRAS CLAVE Ciudad selectiva; Ciudad para la gente; planes maestros; Derecho a la ciudad; Jan Gehl.*

## 1 INTRODUÇÃO

O momento de discussão sobre a proposição de espaços humanitários salienta a importância de novos estudos e caminhos de planejamento como uma nova perspectiva para a oferta de espaços de qualidade. Ao projetar o olhar para uma cidade que promova possibilidades de vida acolhedora, evidencia-se assim, a importância de um processo reflexivo das transformações ocorridas na cidade. Nesse sentido, refletir sobre os problemas da cidade significa, antes de tudo, lutar para seu equacionamento social que tão marcadamente caracterizam o espaço urbano.

O final do século XX e início do século XXI foram marcados pela remodelação das cidades como estratégia política por muitos governos, com propósito de buscar prestígio e influência na cena mundial, ao utilizar como ferramenta o *marketing* urbano, outrossim, ao tornarem-se referência na modernização de seus espaços como verdadeiros emblemas de uma identidade.

Este artigo não pretende discursar sobre a cidade construída pensando a dimensão humana apenas, mas sim, adensar o campo do debate em torno do planejamento exercidos na cidade com viés de “cidade para pessoas” e a apropriação desse discurso por prefeitos e gestores municipais, que transfiguram a cidade para uma “cidade seletiva”, como no caso da cidade do Natal.

À exemplo recente, quando discursava no Seminário e Workshop “*DesEnvolve Natal: Por um Plano Diretor mais justo e sustentável social, ambiental e economicamente*”<sup>ii</sup>, o atual prefeito da cidade do Natal, Álvaro Dias, cita veementemente a necessidade de Natal ser uma “Cidade Para Pessoas”, e estabelece a ligação da atuação do seu governo ao referenciar o livro do Jan Gehl, “Cidade Para Pessoas” inclusive como livro de cabeceira. O prefeito faz seu discurso sobre a importância de Natal ser planejada para as pessoas, mas não faz menção para “quais pessoas”.

Em outra ocasião, mais precisamente uma semana antes deste Seminário, o prefeito anunciou uma parceria como o escritório de Jan Gehl, na figura de sua sócia-fundadora e CEO Helle Lis Søholt, também arquiteta, para discussão da elaboração de um “amplo projeto de revitalização do bairro da Ribeira”<sup>iii</sup>. Isso posto, o escritório de Gehl, a *Gehl Studios* encontra-se na cena mundial por guiar metodologias e estudos urbanísticos para as transformações das cidades no mundo todo, especializado em desenvolvimento de projetos e estratégia urbana, e virá atuar na cidade do Natal.

No caso de Natal, parte-se do pressuposto que o planejamento urbano praticado na cidade do Natal não contemplou e nem contempla na sua totalidade a ideia de uma “Cidade Para Pessoas”, tendo como exemplos espaços da cidade concebidos e modificados pela mão do Estado com participação da iniciativa privada que relativizam o acesso da grande massa população, somada ao processo de gentrificação estratégica como princípio da seletividade espacial que repercute na privação das pessoas do seu direito à cidade, velado pela lei.

Com propósito para a compreensão deste trabalho, dentre as práticas espaciais citadas por Corrêa, (2007, p.68), encontra-se a seletividade espacial que, na observância da presença dessa prática que surge no âmago do Planejamento, assim como, no “pensar a cidade para pessoas” repercute nos

espaços vividos. Essas práticas espaciais, no entanto, frente à similaridade aos processos espaciais, são meios pelos quais a diferenciação socioespacial pode ser alterada e mantida.

Esta pesquisa, adota, portanto, o método dialético trazido por Lefebvre quando evidencia a necessidade de análise dos espaços públicos através da tríade espacial: concebido, vivido e percebido. Os dados de análise desta pesquisa correspondem a dados primários, produzidos pela autora deste trabalho e os dados secundários levantados através da análise da literatura. Deste modo, a revisão e análise da bibliografia foram cruciais para a análise das práticas sociais nos espaços públicos, que foram interpretados e resultaram nos parâmetros e atributos a serem investigados pautados na avaliação de registros fotográficos realizados.

## 2 SELETIVIDADE ESPACIAL E CIDADE PARA AS PESSOAS?

A definição de uma cidade inclusiva e acolhedora à população, sempre foi o parâmetro para muitos estudos que se façam necessários, ao observar padrões para uma justificativa da qualidade de vida urbana na cidade. Esses padrões são inerentes ao que se expressa por urbanidade, explorado pelo discurso do arquiteto, tornando-se um conceito usado para se referir à cidade acerca de seus atributos de qualidade do urbano, ou seja, menos relação com a forma física e mais com elementos de união e permanência das pessoas.

O projeto e atuação de Gehl são positivos, porém, a problemática acontece com a desvirtuação desse discurso e a localização espacial da escolha de intervenção do espaço, quando transpõe para locais de países emergentes. Prefeitos de muitas cidades do Brasil tem absorvido esse discurso, como por exemplo, Curitiba, São Paulo, e não diferente da nossa história potiguar, a prefeitura de Natal também adotou como slogan do seu governo, importando esse discurso eloquente de uma “Cidade Para Pessoas”.

Gehl fez o exemplo de Copenhague, um modelo exportado bem-sucedido e de sucesso, mas afirma no seu livro, Cidade Para Pessoas, que o êxito deste exemplo de cidade se deu a partir de um interesse, ordem e decisão política da gestão municipal, logo, não foi uma decisão arquitetônica apenas, mas sim, a cidade vista como ponte para a manutenção da qualidade de vida mediante um compromisso de todos os envolvidos da sociedade (GEHL, 2015).

A exportação do sucesso de Copenhague é compreendida como uma “síndrome de Copenhague”, inclusive da atuação do escritório *Gehl Studios* e suas publicações, isso porque, esse modelo não pode ser aplicado em qualquer cidade com contexto econômico e político diferente. A esta importação do modelo de Copenhague “como cidade que deu certo” e implementado, como por exemplo, no espaço público brasileiro, se torna uma atuação tática que para esse tipo de intervenção urbanística numa escala pequena, não abarca a dimensão dos grandes problemas das cidades brasileiras, em que o “urbanismo tático” ou “*new urbanism*” torna-se vizinho de locais problemáticos e que esquecem das pessoas que habitam essa outra parte não vista, isto é, salienta-se sobre esse “modelo de Copenhague” importado pelas prefeituras brasileiras, como parte da solução dos problemas das cidades brasileiras, muito embora, Gehl (2015, p.160) se posicione em seu livro observando que:

Embora os **problemas da cidade não sejam todos iguais** nas várias partes do mundo e em diferentes níveis de desenvolvimento econômico, são mínimas as diferenças envolvidas na **inclusão da dimensão humana no planejamento urbano**. O mesmo padrão aparece em todo lugar, mas sobretudo no último meio século a dimensão humana foi seriamente negligenciada em sua relação com o desenvolvimento urbano (GEHL, 2015, p.229, grifo nosso).

E reconhece que:



A oportunidade de praticar atividades criativas e culturais também será reforçada quando a "cidade cotidiana" for melhor para a atividade e a permanência humanas. Pelo mesmo motivo, **uma boa política urbana deve concentrar-se em melhorias para o espaço cotidiano comum**, integrando alguns desafios e oportunidades para crianças, pessoas mais velhas e esportistas nesse espaço (GEHL, 2015, p.160, grifo nosso).

Seus projetos afirmam a garantia de um design centrado nas pessoas, mas carregam um entrave, que ainda assim, são projetos calcados em um modelo mercadológico em parceria com prefeituras, e que estas últimas se apropriam do discurso da "Cidade Para Pessoas" ao mesmo tempo que proporciona para seus habitantes uma cidade para "algumas" pessoas.

Longe de ser uma crítica direta a Jan Gehl, este artigo analisa a apropriação do discurso das prefeituras em defender uma "cidade para pessoas" amparada na obra de Gehl, quando, no entanto, atende apenas "algumas" pessoas. Sendo assim, deixam a segundo plano a real preocupação sobre as pessoas que não participam do espaço, ou seja, obras que incentivam e ensejam as desigualdades sociais e a exclusão fomentadas pela abertura ao liberalismo e do discurso demagogo.

Mediante um discurso modernizador, Natal cresce e se expande por meio da implementação dos planos urbanísticos que configuraram a escolha de sucessivas investidas em determinadas localidades da cidade, desenhando a sua forma, sobre a produção dos espaços na ótica das práticas urbanísticas e do planejamento urbano, ao priorizar as Zonas Leste e Sul em detrimento das Zonas Oeste e Norte.

Um dos geradores de seletividade espacial refere-se à uma das práticas espaciais<sup>iv</sup>, citadas por Corrêa (2007, p.69) em que o Estado beneficia uma área em detrimento de outra à serviço do capital, e esse Estado seletivo em suas instâncias, definem prioridades que afastam e excluem outros locais e outros grupos.

Dentre as práticas espaciais citadas por Corrêa, (2007, p.68), encontra-se a seletividade espacial que fundamenta este trabalho. A observância da presença dessa prática surge no âmago do Planejamento, assim como no "pensar a cidade para pessoas", pois, repercute nos espaços vividos. No entanto, essas práticas espaciais, especialmente a seletividade, frente à similaridade aos processos espaciais, são meios pelos quais a diferenciação socioespacial pode ser alterada e mantida, ou ainda, podem estar sofrendo anunciadas alterações (CORRÊA, 2007, p.69).

Fica claro que as práticas espaciais aplicadas por meio da seletividade espacial, proporcionam que agentes dominantes controlem o território de uma maioria que "fica de fora" deste acesso, por meio de uma ação da gestão planejada que condiciona a produção de espaços privatizados, excludores e alheios às políticas públicas para a condição de um direito, reforçando a vida privada, na realização de uma vida desigual.

O próprio Gehl (2015, p.06) afirma que a inserção da dimensão humana como *práxis* dos profissionais arquitetos e urbanistas ao planejar as cidades, seja transformá-la em uma tarefa política, apontando ainda em caráter de urgência o reforço da função social do espaço urbano como local de encontro que contribui com o exercício da sustentabilidade social para a transformação de uma sociedade democrática e aberta.

### 3 UMA CIDADE SELETIVA

Procurar entender a atuação das práticas espaciais, especificamente a seletividade espacial que promova desigualdade socioespacial em relação ao acesso do espaço, é um desafio. Além de promover a segregação social, as práticas espaciais observadas em algumas localidades na cidade do Natal, por

meio da perspectiva dos usos do território interpretados historicamente, influenciam na diferenciação das classes sociais e nos espaços da cidade.

Ao analisar algumas transformações dos espaços da cidade, foi possível perceber como as mudanças sociais no espaço, como por exemplo, a instalação de um polo atrativo turístico podem influenciar o espaço urbano. A escolha da Avenida Praia de Ponta Negra, na Zona Sul de Natal, ver Figura 01, passou por um processo de intervenção e transformação pela gestão atual da prefeitura do Natal.

Figura 1: Vista da Avenida Praia de Ponta Negra, Natal/RN.



Fonte: (A) Site da Prefeitura do Natal, 2021 (B) Google Maps, 2023

Para o poder público, é preferível o investimento em áreas visíveis, em detrimento, das áreas invisíveis e sem projeção para interesse do mercado. É importante reiterar neste trabalho que estas áreas representam uma tentativa de urbanismo fomentador, funcionando como um combustível para as ações do mercado imobiliário. Esse novo polo de atração turística foi endossado com as decorações natalinas propostas pela Prefeitura de Natal quando implementou uma segunda árvore na cidade com altura de aproximadamente 22 (vinte e dois) metros, a segunda mais alta na cidade.

O então secretário da SEMURB, numa entrevista<sup>v</sup> cedida à InterTV Cabugi na rede de comunicação local, no dia, 02 de fevereiro de 2023, anunciou o início das obras de padronização de calçadas na Avenida Amintas Barros, explicando o intuito dessa obra em promover qualidade de vida à população por meio de uso de um discurso de “Cidade Para Pessoas”, em que se dissemina a ideia da padronização e homogeneização de calçadas, e reitera que na Avenida Amintas Barros compreenderá o trecho entre a Avenida Xavier da Silveira e Avenida São José.

O que se percebe é que na fala do Secretário da SEMURB há um discurso de prática espacial que prescindirá as Zonas Sul e Leste em detrimento das Zonas Oeste e Norte, corroborando e fortalecendo o discurso que foi desenvolvido durante esse artigo, segue o recorte da fala do Secretário corroborando o argumento de que:

“(…) depois nós vamos para a Nevaldo Rocha, vamos para a Salgado Filho, nós vamos para a Nascimento de Castro, nós vamos para a Antônio Basílio, nós vamos para Romualdo Galvão, é... Hermes da Fonseca, né? Para os principais corredores de Natal serão contemplados com esse benefício do nivelamento e padronização das calçadas.” (fala do Secretário da SEMURB, Thiago Mesquita, em entrevista concedida para a InterTV Cabugi)

Ao longo da Avenida Amintas Barros, representadas nas imagens da Figura 2, é perceptível a mudança do padrão das calçadas dessa avenida, a Figura 2(A) compreende o estado das calçadas antes da reforma, e a imagem da Figura 2(B), compreende a sua adequação.

Figura 2: Vista do canteiro da Avenida Amintas Barros, Natal, RN.



Fonte: (A) Site da Prefeitura do Natal, 2021 (B) Acervo próprio, 2023

Questiona-se o porquê de se ter iniciado por essa Avenida, sendo que há uma carência de readequação em outras áreas da cidade, além disso a padronização das calçadas da Avenida Amintas Barros começou depois dos limites da Avenida Xavier da Silveira, excluindo, portanto, a adequação da mesma via para os moradores do bairro de Nova Descoberta. Discute-se, assim, o motivo da escolha dessas vias para adequação das calçadas, pois o que se observa, é que ambas fazem parte de uma área privilegiada da Cidade do Natal.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da hipótese que norteia este trabalho, o planejamento urbano praticado na cidade do Natal não contemplou e nem contempla na sua totalidade a ideia de uma “cidade para pessoas”, e essa afirmação pôde ser observada nos espaços da cidade analisados neste trabalho, que pelo Estado com participação da iniciativa privada, relativizam o acesso da grande massa da população.

O termo “Cidade Para Pessoas” se tornou o “jargão” do momento, e esse termo é apropriado por prefeitos e muitas gestões municipais, tendo como inspiração o título do livro do Jan Gehl, publicado em 2013 no Brasil, pela primeira vez, e de muito sucesso no cenário internacional.

O projeto e atuação de Gehl são positivos, porém, a problemática acontece com a desvirtuação desse discurso e a localização espacial da escolha de intervenção do espaço, quando transpõe para locais de países emergentes. Prefeitos de muitas cidades do Brasil tem absorvido esse discurso, como por exemplo, Curitiba, São Paulo, e não diferente da nossa história potiguar, a prefeitura de Natal também adotou como *slogan* do seu governo, importando esse discurso eloquente de uma “Cidade Para Pessoas”.

Logo, Natal desde sempre pensa em ser uma “Cidade Para Pessoas”, mas apenas para algumas pessoas, isso em consequência da implantação de políticas e assentamento de locais de moradias com privilégios e possibilidades de consolidação de poder.

Portanto, o que se entende neste trabalho, é que Cidade para pessoas é justiça social, é minimização das desigualdades sociais, é a apropriação da cidade para TODAS as pessoas e não apenas para algumas pessoas, ou seja, é a oportunidade de se viver plenamente a cidade para a realização da vida pessoal.

Há, de fato, a percepção de que mudanças como as que foram e estão sendo executadas pela atual gestão, seja sim para as pessoas locais. Porém, é salutar destacar que seja uma ideia que se espalhe

para TODAS as localidades da cidade de forma justa. Cidade para pessoas é acima de tudo, não somente trazer boas condições para quem já o tem, é fazer mais para quem tem menos.

## 6 REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989

\_\_\_\_\_. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 15, p. 35-41, 1992. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/5934-12723-1-PB%20(1).pdf> Acesso em 08 fev. 2021

\_\_\_\_\_. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, v.4, n.6, 2007 Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12795/8363> Acesso em 08 fev. 2021

\_\_\_\_\_. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, p. 127-134, 2016. Disponível em: < file:///C:/Users/DELL/Downloads/31-Texto%20do%20artigo-62-1-10-20160721%20(1).pdf > Acesso em 08 fev. 2021

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. Tradução Anita Di Marco. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. ISBN 978-85-273-0980-6

\_\_\_\_\_. [Life Between Buildings.Español] **La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios**; Traducción: María Teresa Valcarce. – Reimp. – Barcelona: Reverté, D. L. 2008. ISBN 978-84-291-2109-4

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. – 4ª Edição – São Paulo: Centauro, 2001. ISBN 85-88208-12-1

---

<sup>i</sup> Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob o título: Natal: Uma cidade para pessoas? Uma análise sobre a dimensão humana no planejamento urbano da cidade do Natal/RN baseada na obra do Jan Gehl, Cidade Para Pessoas, sob a orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia da Conceição Gomes.

<sup>ii</sup> Evento promovido pela Fecomércio Rio Grande do Norte e pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB RN), com apoio do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RN (CREA/RN) e pela Federação das Indústrias do RN (FIERN), ocorrido no dia 09 de setembro de 2019, no Centro de Eventos João Dinarte Patriota, no Hotel-Escola Senac Barreira Roxa.

<sup>iii</sup> Notícia apresentada no site da Prefeitura do Natal. Chamada da reportagem: “Em videoconferência internacional, prefeito discute parceria para revitalizar o bairro da Ribeira”. Disponível em: <<https://www.natal.rn.gov.br/news/post/37451>>, Acesso em 25 fev. 2023.

<sup>iv</sup> Este trabalho refere-se a apenas uma das práticas espaciais mencionadas por Corrêa, a Seletividade espacial. Para entendimento das outras, práticas, ver a publicação de 1992, sob o título: Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território, do Anuário do Instituto de Geociências.

<sup>v</sup> Entrevista cedida à InterTV Cabugi no dia 02 de fevereiro de 2023, à Jornalista Francielly Medeiros. Chamada da Reportagem: “Padronização de calçadas na Avenida Amintas Barros” Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/11335941/>>, Acesso em 22 fev. 2023.